

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 504.764 - AC (2019/0108496-3)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : ALIANY DE PAULA SILVA
ADVOGADO : VIVIANE SILVA DOS SANTOS NASCIMENTO - AC004247
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : ANDERSON NASCIMENTO DOS SANTOS (PRESO)

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. PERICULOSIDADE DO PACIENTE QUE PARTICIPA DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA CONHECIDA POR BONDE DOS 13. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA.

Ordem denegada.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Anderson Nascimento dos Santos** contra ato coator proferido pela Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Acre, que, nos autos do HC n. 1000311-25.2019.8.01.0900, denegou a ordem, mantendo o paciente preso preventivamente em razão de suposta prática de condutas descritas no art. 121, § 2º, IV, e no art. 121, § 2º, IV, c/c o art. 14, II, por três vezes, todos do Código Penal.

Alega-se, em síntese, que a decisão não explicou qual a relação do paciente com os vários depoimentos testemunhais e relatórios policiais listados. Tais depoimentos, inclusive, não trazem informação sobre os supostos autores do crime.

Sustenta-se que o único fato relacionado ao paciente é o abandono do veículo do corréu e irmão André dos Santos Nascimento, que pode ter sido utilizado na prática dos delitos. Argumenta-se, no ponto, que o fato de o paciente guardar e depois abandonar o veículo pertencente ao irmão por medo de ser indevidamente incriminado não induz à conclusão de que ele participou da empreitada criminosa.

Argumenta-se que não estão presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, devendo-se revogar a prisão preventiva. Acrescenta-se não haver indícios de participação do paciente e não se poder fundamentar a prisão na possibilidade de ser integrante de organização criminosa. Nesse ponto, salienta-se ter sido ele encontrado em seu

Superior Tribunal de Justiça

domicílio após a expedição do mandado de prisão, tornando ausentes, portanto, o perigo à ordem pública e os riscos à aplicação da lei penal.

Caso o paciente não seja posto em liberdade, aduz-se ser suficiente a determinação de comparecimento periódico em juízo para informar e justificar as atividades e a proibição de se ausentar da comarca.

Liminarmente, pede-se a expedição de alvará de soltura e, no mérito, a concessão da ordem em definitivo (fls. 3/10).

A liminar foi indeferida às fls. 121/124.

Prestadas as informações às fls. 126/129.

O Ministério Público Federal emitiu parecer pelo indeferimento do *writ*.

É o relatório.

Busca a impetração a revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do ora paciente.

Ao que se tem dos autos, não se verifica de plano a inidoneidade do decreto de prisão preventiva (fls. 16/18 – grifo nosso):

Trata-se de representação pela decretação de prisão preventiva dos nacionais André Nascimento dos Santos, 34 anos de idade; e Anderson Nascimento dos Santos, 33 anos de idade, formulada pela Autoridade Policial da DHPP, sustentando a presença dos pressupostos e requisitos para sua decretação, em decorrência da prática dos crimes de homicídio qualificado e homicídio qualificado tentado, figurando como vítimas Lucilene da Silva Matos (vítima fatal), Alexandre Rodrigues do Nascimento, Elissandra Gomes dos Santos, Nicolas Lohan dos Santos e Sidney Silva de Freitas, fatos ocorrido no dia 18.01.2017 e apurados no Inquérito Policial n°. 34/2017 - DHPP (fls. 122/135).

Consta ainda na representação o pedido de busca e apreensão contra os nacionais André Nascimento dos Santos e Anderson Nascimento dos Santos cumulada com pedido de autorização de acesso ao conteúdo registrado em mídias e em memória interna de celulares, pendrives, cartões de memórias, chips celulares, tablets e câmeras filmadoras, porventura apreendidos em poder dos representados.

O Ministério Público manifestou-se pelo acolhimento do pedido (fls. 143/150 e 164/165).

A prisão preventiva poderá ser decretada pelo juiz por representação da

Superior Tribunal de Justiça

Autoridade Policial para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria (art. 311 e 312 do CPP).

O crime em apuração é doloso e punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos.

Consoante o pedido, os representados André Nascimento dos Santos e Anderson Nascimento dos Santos praticaram cinco crimes, sendo eles um homicídio consumado e quatro homicídios tentados, previstos no art. 121, §2º, inciso IV do CP e art. 121, §2º, inciso IV (recurso que dificultou a defesa do ofendido), c/c art. 14, inciso II, ambos do CP que são apenados, cada um, com pena privativa de liberdade de 12 (doze) a 30 (trinta) anos de reclusão. Significa dizer que os crimes atribuídos aos representados comporta a decretação de prisão preventiva.

A materialidade e os indícios de autoria foram devidamente apreciados por ocasião do recebimento da denúncia.

Registro os seguintes trechos dos depoimentos testemunhais:

[...] Que, estava conversando com um grupo de pessoas que morava nessa casa e tinha uma pessoa conhecida com Sandro que mora nas proximidades; Que, uma meia hora mais ou menos depois que estava lá; Surgiu um carro modelo FIAT UNO do modelo mais antigo; [...] Que, o carro parou baixaram os vidros do lado o passageiro tanto dianteiro como traseiro e começaram a atirar; [...] Que, viu aproximadamente 3 ou 4 armas sendo utilizadas [...] - fl. 18.

[...] QUE, após umas 2:00 horas, aproximadamente as 18:20 horas, chegou um veículo FIAT UNO, com aproximadamente umas 4 (quatro) pessoas dentro do veículo e um moto com 2 (duas) pessoas, atirando sem parar; [...] na cocha direita, 1 (um) tiro nas nádegas que transfixou na virilha chegando a ferir o testículo do depoente; QUE, o carro chegou com as janelas abertas já atirando sem falar nada [...] - fl. 31.

Na espécie, a decretação da prisão preventiva justifica-se para garantia da ordem pública, nos termos art. 312 do Código de Processo Penal, porquanto o crime imputado é grave e afetou consideravelmente a comunidade local, uma vez que os representados, valendo-se de concurso de agentes, possivelmente integrantes da facção criminosa Bonde dos Treze - B13, teriam efetuados vários disparos de arma de fogo contra as vítimas Lucilene da Silva Matos, Alexandre Rodrigues do Nascimento, Sidney Silva de Freitas, Elissandra Gomes dos Santos e Nicolas Lohan dos Santos Rodrigues, em via pública, durante o período da noite, na presença de terceiros, não possibilitando qualquer reação defensiva.

Nesse contexto, diante da gravidade concreta do crime e do comportamento reprovável dos representados, torna-se imperiosa a decretação da prisão a fim de garantir a ordem pública, não gerando sensação de impunidade perante a população, já tão desacreditada nos poderes constituídos e à mercê da violência cada vez mais acentuada, tornando-as reclusas em suas residências, pois nas ruas tem predominado a selvageria das facções criminosas.

Superior Tribunal de Justiça

Verifica-se do excerto a indicação de que o paciente participa de organização criminosa conhecida por *Bonde dos Treze – B13*, o que indica especial periculosidade, apta a ensejar a segregação cautelar. Além disso, houve indicação dos depoimentos em que foram ancorados os indícios de autoria, não havendo falar, assim, em falta de fundamentação na imposição da prisão preventiva.

Nesse sentido, confira-se:

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. PERICULOSIDADE DO AGENTE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 52/STJ. PLEITO PREJUDICADO. RECURSO PARCIALMENTE PREJUDICADO E, NO MAIS, DESPROVIDO.

1. A prisão preventiva foi suficientemente fundamentada pelas instâncias ordinárias na garantia da ordem pública e na conveniência da instrução criminal, em face das circunstâncias do caso, que retratam in concreto, a periculosidade do Paciente, evidenciada pelo *modus operandi* do delito.

2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal já se pronunciou no sentido de que não há ilegalidade na "custódia devidamente fundamentada na periculosidade do agravante para a ordem pública, em face do *modus operandi* e da gravidade em concreto da conduta." (HC 146.874 AgR, Rel. Ministro DIAS TOFFOLI, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2017, DJe 26/10/2017).

3. Em 03/09/2019, conforme consulta ao site do Tribunal estadual, o Juízo singular determinou a intimação das Partes para a apresentação das alegações finais escritas no prazo de 5 (cinco) dias a serem contados a partir daquela data, o que faz incidir na espécie o enunciado da Súmula n.º 52/STJ ("Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo").

4. Recurso ordinário em habeas corpus parcialmente prejudicado e, no mais, desprovido.

(RHC 104.252/ES, Sexta Turma, Ministra Laurita Vaz, DJe 19/11/2019)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES MAJORADO. NEGATIVA DE AUTORIA. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. ANÁLISE FÁTICO-PROBATÓRIA. FLAGRANTE CONVERTIDO EM PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. REITERAÇÃO DELITIVA. RISCO AO MEIO SOCIAL. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do

Superior Tribunal de Justiça

Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal que justifique a concessão da ordem de ofício.

2. O *habeas corpus* não é a via adequada para discussão acerca da autoria do crime de tráfico de drogas, questão esta que demanda exame fático-probatório, incompatível com a via estreita do *writ*, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária.

3. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

4. A prisão preventiva foi adequadamente motivada, tendo sido demonstrada pelas instâncias ordinárias, com base em elementos extraídos dos autos, a periculosidade do agente e a necessidade de se evitar a reiteração delitiva, pois, apesar de não ser expressiva a quantidade da droga localizada (8,76g de cocaína), o paciente possui condenação anterior pela prática do delito de associação para o narcotráfico e posse de artefato explosivo, o que revela risco ao meio social, recomendando a sua custódia cautelar especialmente para garantia da ordem pública.

5. É entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ que as condições favoráveis do paciente, por si sós, não impedem a manutenção da prisão cautelar quando devidamente fundamentada.

6. Inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para a manutenção da ordem pública.

7. *Habeas corpus* não conhecido.

(HC 534.661/MG, Quinta Turma, Ministro Joel Ilan Paciornik, DJe 26/11/2019)

Ante o exposto, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator